

Territórios e Estratégias Organizacionais

Mestrado em Economia
Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Paulo Neto

Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UÉ

Universidade de Évora, 2011

Nota Introdutória

A unidade curricular de Territórios e Estratégias Organizacionais tem como objectivo principal contribuir para um conhecimento aprofundado das abordagens teóricas e analíticas mais recentes de análise económica e de planeamento de unidades territoriais infranacionais (locais /regionais/ interregionais/ transnacionais) e de pilotagem do relacionamento territórios-empresas.

Esta unidade curricular procura assegurar as seguintes principais competências: i) Capacidade para conceber estratégias de desenvolvimento dirigidas a contextos territoriais específicos; ii) Capacidade para conceber e desenhar políticas públicas e projectos empresariais com uma forte ancoragem territorial; iii) Capacidade para conceber e gerir os processos de atracção e de captação de empresas tendo em vista a sua localização num determinado território; iii) Capacidade para apoiar os processos de instalação de empresas num determinado território específico; iv) Capacidade para gerir o portfolio de empresas de um determinado território e gerir a sua atractividade económica global a diferentes escalas territoriais.

O presente material pedagógico de apoio tem como objectivo apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e contribuir para efectiva apreensão dos conteúdos programáticos da unidade curricular e respectivas competências.

Programa da Unidade Curricular

Introdução.

- 1) A administração, o planeamento e o desenvolvimento dos territórios e as implicações da integração europeia e da crescente exposição internacional.
- 2) A governação e a *governance* – o novo modelo relacional territórios-organizações e as novas exigências para a definição de políticas públicas de base territorial.
- 3) A economia de redes, a economia em rede e a pilotagem dos territórios e das organizações às diferentes escalas territoriais.
- 4) A Política Regional da União Europeia e as demais políticas com relevância territorial da União.
- 5) As políticas públicas com relevância territorial em Portugal e o novo enquadramento decorrente da futura Política de Coesão 2014-2020.
- 6) A competitividade dos territórios e das organizações no contexto da economia global.
- 7) A gestão da atractividade territorial, a diplomacia económica e os modelos de inter-actuação estratégica territórios-organizações.

Conclusões.

Territórios e Estratégias Organizacionais

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

(Parte 1 – Capítulos 1 , 2 , 3 , 4)

Paulo Neto

Universidade de Évora, Departamento de Economia e CEFAGE-UÉ

Universidade de Évora, 2011

1) A administração, o planeamento e o desenvolvimento dos territórios e as implicações da integração europeia e da crescente exposição internacional.

1. Administração, planeamento e desenvolvimento do território

- A administração do território, opções estratégicas e posicionamento dos decisores públicos face ao território;
- A dimensão Europeia e a dimensão internacional nos processos de planeamento territorial;
- O território e as suas geometrias variáveis;
- O território enquanto sistema complexo, a definição de unidades territoriais viáveis e a escala e a escolha do território pertinente para cada tipo de intervenção;
- As diferentes escalas de intervenção e o planeamento multi-escalas.
- Novos actores para as estratégias territoriais de desenvolvimento económico – a governação e governança territorial.

2. A administração do território, opções estratégicas e posicionamento dos decisores públicos face ao território

- A concepção de políticas públicas caracteriza-se pela coexistência de vários níveis hierárquicos de decisão pública (Gilbert, 1996), pela elaboração concertada de programas de acção, por uma participação conjunta no seu financiamento e por uma forma de gestão de tipo contratual (Peyrefitte, 1998).
- A procura de um equilíbrio entre os interesses e as opções existentes em alternativa não deverá resultar de uma optimização clássica mas antes de uma racionalidade de procedimento que permita encontrar uma solução satisfatória em termos globais (Orsini, 1998).

2. A administração do território, opções estratégicas e posicionamento dos decisores públicos face ao território

- Uma política pública é uma sequência organizada e coerente de acções que procuram dar resposta mais ou menos institucionalizada a uma situação considerada como problemática (Nioche, 1982).
- A estrutura político-administrativa de Portugal e os diferentes 'emissores' da política pública.
- A natureza dos relacionamentos entre os actores / agentes locais e regionais, e outros territorialmente presentes, determina, para o território, um determinado modelo de governança territorial e funcional da inovação, do conhecimento e da aprendizagem.

3. Alteração nos modos e modelos de financiamento dos processos de desenvolvimento

- O contexto de execução da política regional mudou desde a aprovação do PEC 1 e do subsequente pedido de ajuda externa.
- Pela primeira vez em 20 anos vamos intervir no territórios com muito pouco potencial de concretização de financiamento comunitário e com muito baixa capacidade de financiamento público daqui para a frente.
- Significativo risco associado ao nível potencial de execução do QREN 2007-2013.

3. Alteração nos modos e modelos de financiamento dos processos de desenvolvimento

- A necessidade de repensar o modo de concretização da política regional e do seu financiamento.
- O regresso à relevância das Políticas Públicas.
- A necessidade de uma nova abordagem, e arquitectura, quanto ao hardware e ao software dos mecanismos e instrumentos de política regional.
- A necessidade, e a oportunidade, de uma discussão profunda em Portugal sobre as futuras articulações entre a esfera pública e a esfera privada e a definição do nosso modelo específico.

3. Alteração nos modos e modelos de financiamento dos processos de desenvolvimento

- A definição um modelo novo para Portugal assente no redesenho da relação, e no recalibrar da relação, governação / governança / parceria.
- O crescimento económico está, talvez como nunca antes, dependente da capacidade das empresas.
- A necessidade e a justificação de proceder a uma reprogramação do QREN, ou de alguns dos seus Programas Operacionais junto da Comissão Europeia com justificação nas novas condições orçamentais.
- A necessidade de forte racionalização e selectividade no modo de executar a despesa pública.

3. Alteração nos modos e modelos de financiamento dos processos de desenvolvimento

- A necessidade de começar a financiar as questões territoriais (na esfera pública) com forte participação de capitais privados e de criar condições para a sua remuneração em outros formatos que não necessariamente as parcerias público-privadas.
- Opções do ponto de vista fiscal, ou outra, relativamente ao mecenato territorial têm de ser encaradas de frente.
- A necessidade de aposta em projectos com forte potencial de resultados sistémicos e sinérgicos.
- A necessidade de uma pilotagem pró-activa das políticas públicas em execução no território.

2) A governação e a *governance* – o novo modelo relacional territórios-organizações e as novas exigências para a definição de políticas públicas de base territorial.

1. A governação e a *governance* – o novo modelo relacional territórios-organizações e as novas exigências para a definição de políticas públicas de base territorial.

- A Governação e a Governança.
- O *Partenariat* e a *Governance*.
- A passagem de uma lógica individual dos agentes económicos para uma concepção da dimensão colectiva do tecido produtivo supõe a passagem de projectos individuais a projectos colectivos e a consequente criação de um dispositivo cognitivo colectivo (Favereau, 1989).
- O carácter e o estilo das decisões políticas poderão vir a assemelhar-se à investigação orientada para a acção, que testa várias direcções ou projectos-piloto ao mesmo tempo e que, posteriormente, modifica as suas orientações e decisões através de uma série de circuitos de aprendizagem (Schwartz, Kelly e Boyer, 2001).

1. A governação e a *governance* – o novo modelo relacional territórios-organizações e as novas exigências para a definição de políticas públicas de base territorial.

- A governança territorial, seguindo Domingues (1998), pode ser definida como sendo ”não só, o mero governo do território, mas todo o sistema de relações entre instituições, organizações e indivíduos, que asseguram as escolhas colectivas e a sua concretização”.
- A qualidade da governança territorial, muito dependente da capacidade de, territorialmente, fomentar e mobilizar formas de cooperação e de parceria público-público, público-privado e privado-privado e de rentabilizar os *portfolio* relacionais de cada um deles (Neto, 1999).
- *A importância dos contextos locais de governança territorial, entendidos enquanto suporte organizativo da capacidade local / regional de gestão estratégica e o reconhecimento de que as formas de regulação de âmbito local e regional (Fermisson, 2005).*

1. A governação e a *governance* – o novo modelo relacional territórios-organizações e as novas exigências para a definição de políticas públicas de base territorial.

- *Governance has become a central topic among policymakers. There is an international consensus that policymaking is evolving from a traditional top-down government approach towards a system of governing that focuses on engaging the citizens within an area (Cabus, 2003).*
- A emergência da governança está, assim, naturalmente muito associada à constatação e ao reconhecimento das insuficiências da governação político-administrativa tradicional, bem como da própria transformação do papel do Estado e dos modos de regulação política e de uma visão mais ampla do conceito de governo (Le Galés, 2003).

2. O novo modelo de relacionamento território-empresas

<http://www.youtube.com/watch?v=SrONJfa9IZU&noredirect=1>

- O novo modelo de relacionamento territórios-empresas. Ver a propósito Zimmermann (1998).
- A tipologia de empresas face à natureza do seu relacionamento com os territórios onde se localizam ou onde se instalam.
- O modelos de territorialização das empresas e das organizações.
- As novas exigências para a gestão da atractividade económica dos territórios.

3) A economia de redes, a economia em rede e a pilotagem dos territórios e das organizações às diferentes escalas territoriais.

1. A economia de redes e a economia em rede

- *Formalmente, uma rede é um conjunto de ligações que interligam nós* (Economides, 1996).
- A economia de redes - os resultados económicos da cooperação em rede, por exemplo, as sinergias de rede.
- A economia em rede – natureza reticular dos relacionamento económicos .
- A economia em rede é ela própria constituída por uma multiplicidade de economias de rede.
- As empresas e as organizações em rede.

1. A economia de redes e a economia em rede

- A empresa em rede – aquela forma específica de empresa cujo sistema de meios é constituído pela intersecção de segmentos autónomos de objectivos (Castels, 1999).
- Assim os componentes da rede tanto são autónomos como dependentes da rede e podem ser uma parte de outras redes.
- As constelações de empresas e de organizações.
- As externalidades positivas e as externalidades negativas das redes.
- As externalidades positivas decorrem habitualmente de ganhos de complementaridade, de dimensão ou de visibilidade.

1. A economia de redes e a economia em rede

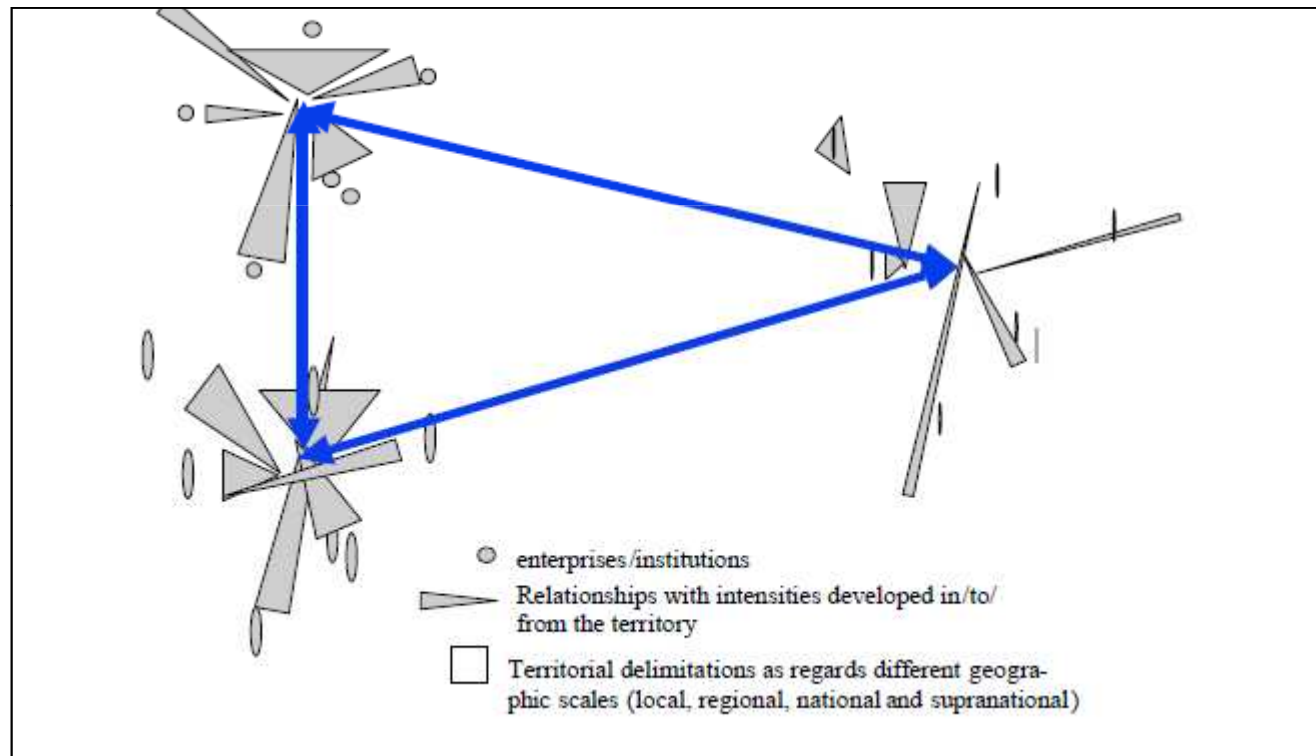
- O território europeu, estruturado em redes, assume assim uma morfologia e características neuronais (Neto, 1999).
- A necessidade de definição de novos mapas de pilotagem das relações económicas e institucionais.
- Redes de proximidade ou redes de não contiguidade geográfica.
- Redes exclusivas ou redes abertas.
- Redes de base territorial ou redes de base sectorial e ou funcional.

1. A economia de redes e a economia em rede

- Redes de complementaridade e as redes de fileira.
- Redes temáticas ou redes hiper especializadas.
- Os novos mapas e as novas cartografias.
- O portfolio relacional dos territórios e das organizações.
- A cartografia relacional.

1. A economia de redes e a economia em rede

- A cartografia relacional interna de um território.

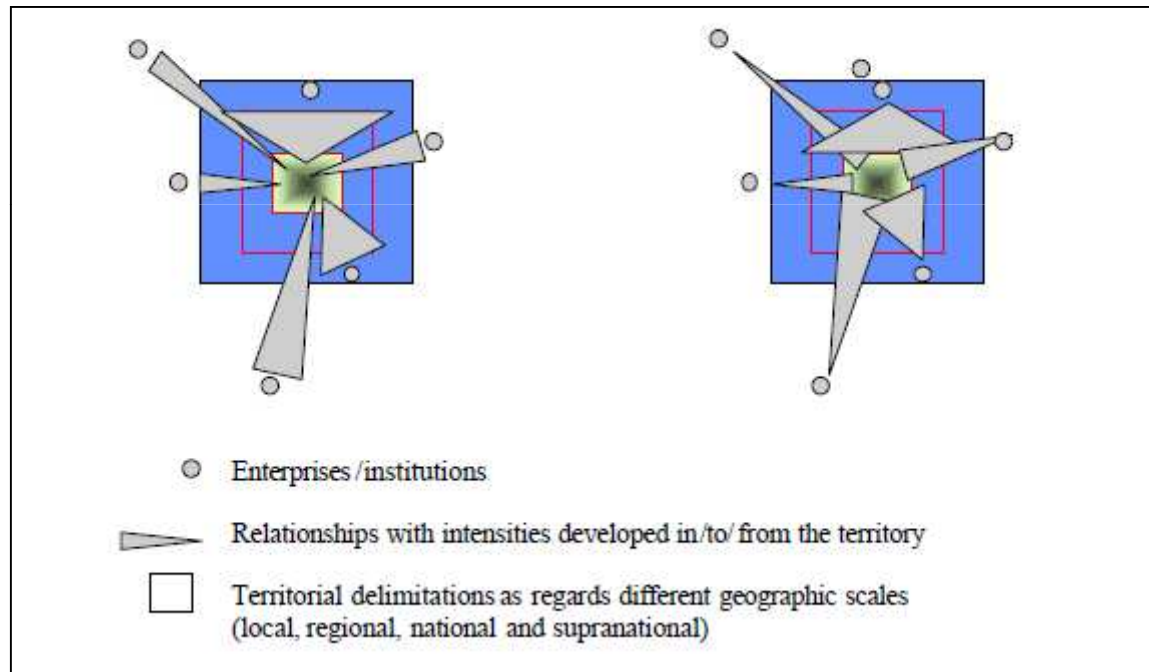


Fonte: Paulo Neto e Paulo Silva, 1999

Paulo Neto, 2011

1. A economia de redes e a economia em rede

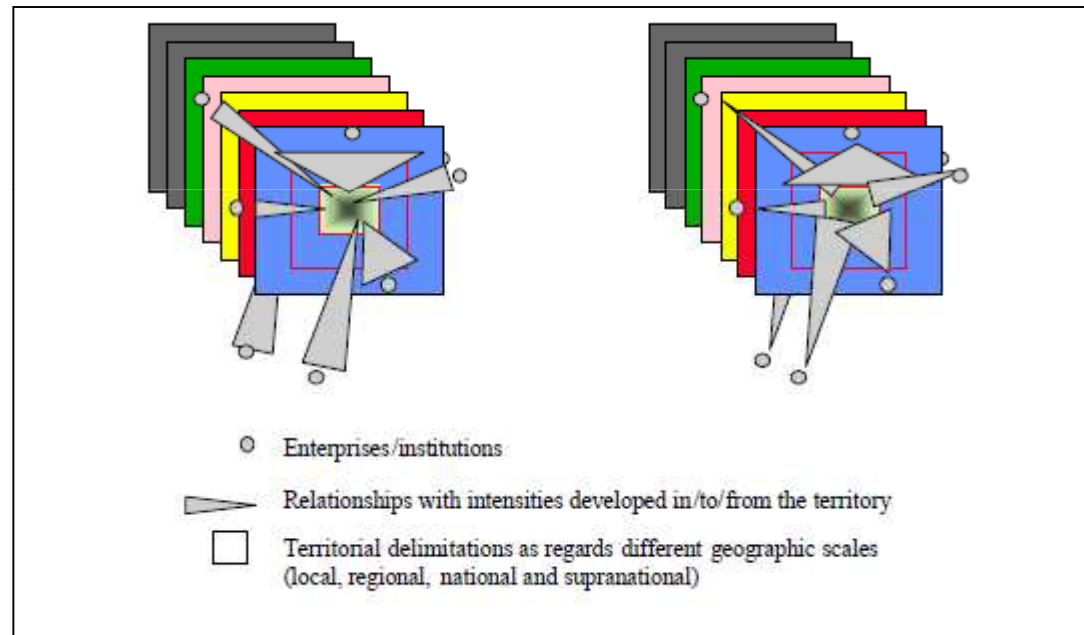
- A cartografia relacional de instituições e organizações:



Fonte: Paulo Neto e Paulo Silva, 1999

1. A economia de redes e a economia em rede

- A cartografia relacional agregada de um território e das respectivas instituições e organizações



Fonte: Paulo Neto e Paulo Silva, 1999

2. A operacionalização das redes enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva

- O caso particular das estratégias de eficiência colectiva.
- As estratégias de eficiência colectiva são um excelente mecanismo de promoção de processos reticulares de desenvolvimento.
- Ver a propósito J. Reis (coord.) (2005) *Governança Regional e Gestão das Intervenções Financiadas pelos Fundos Estruturais*, FEUC, Coimbra.

2. A operacionalização das redes enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva

- O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013 assume uma forte aposta ao apoio e desenvolvimento de estratégias de eficiência colectiva.
- O caso particular do Programa Operacional COMPETE (<http://www.pofc.qren.pt/>)
- Ver ainda A. Vásquez-Barquero (2002) *Endogenous Development: Networking, Innovation, Institutions, and Cities*, Routledge, London.

2. A operacionalização das redes enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva

- *Uma Estratégia de Eficiência Colectiva (EEC) é um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas num Programa de Acção, que visem a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado de empresas com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentem, de forma estruturada, a emergência de economias de aglomeração através, nomeadamente, da cooperação e do funcionamento em rede entre as empresas e entre estas e outros actores relevantes para o desenvolvimento dos sectores a que pertencem e dos territórios em que se localizam (in site oficial do QREN – <http://www.qren.pt>).*

2. A operacionalização das redes enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva

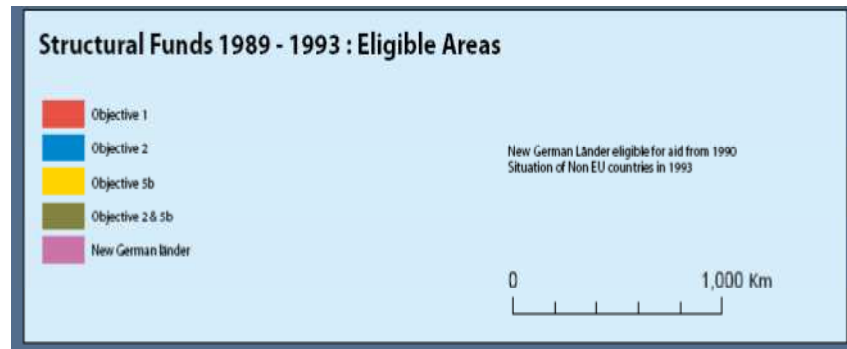
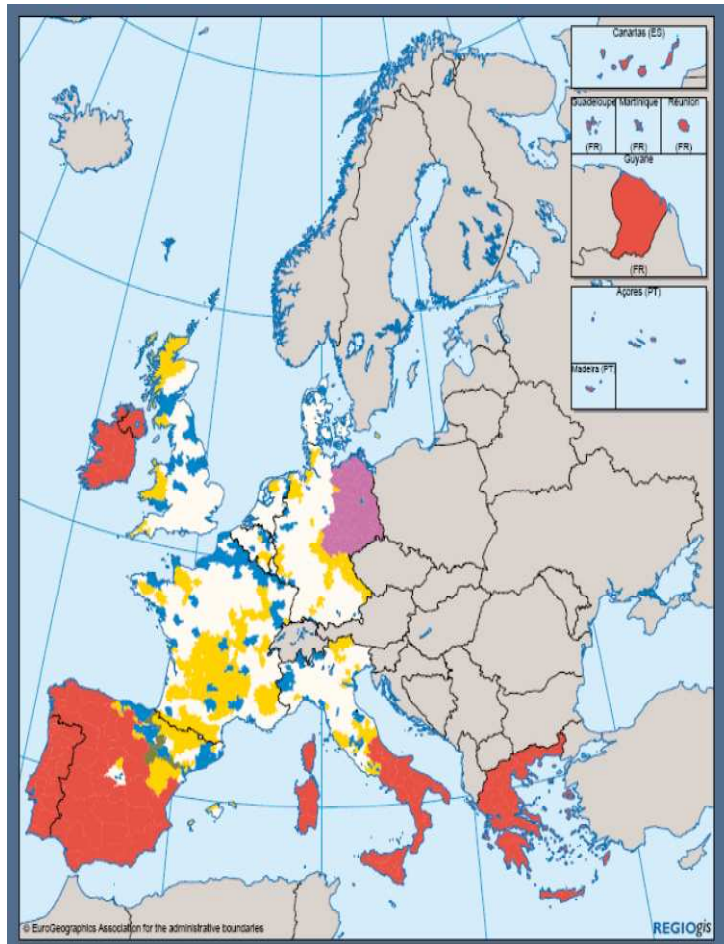
- No QREN 2007-2013 de Portugal as Estratégias de Eficiência Colectiva estão especialmente presentes:
 - a) No caso dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e dos Outros Clusters que estão previstos no COMPETE - Programa Operacional Temático Factores de Competitividade;
 - b) Nas intervenções previstas no âmbito do PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos nomeadamente dirigidas aos territórios rurais de baixa densidade;
 - c) Nas Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos (ARDU) previstas no Programa Polis XXI.

4) A Política Regional da União Europeia e as demais políticas com relevância territorial da União.

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

- A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013;
- O paradigma territorial da integração europeia e a análise espacial do processo de integração;
- A cooperação interregional e interurbana transnacional no contexto da União Europeia;
- A Agenda Territorial da União Europeia e o Plano de Acção para a Agenda Territorial da União Europeia;
- A Iniciativa da União Europeia *Regions for Economic Change*
- O Programa URBACT II da União Europeia 2007-2013

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

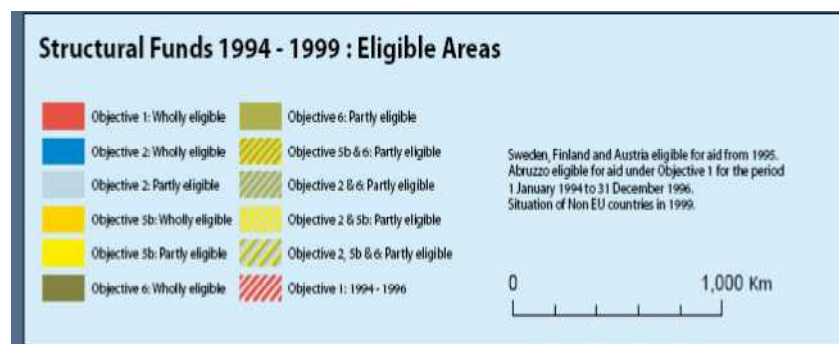
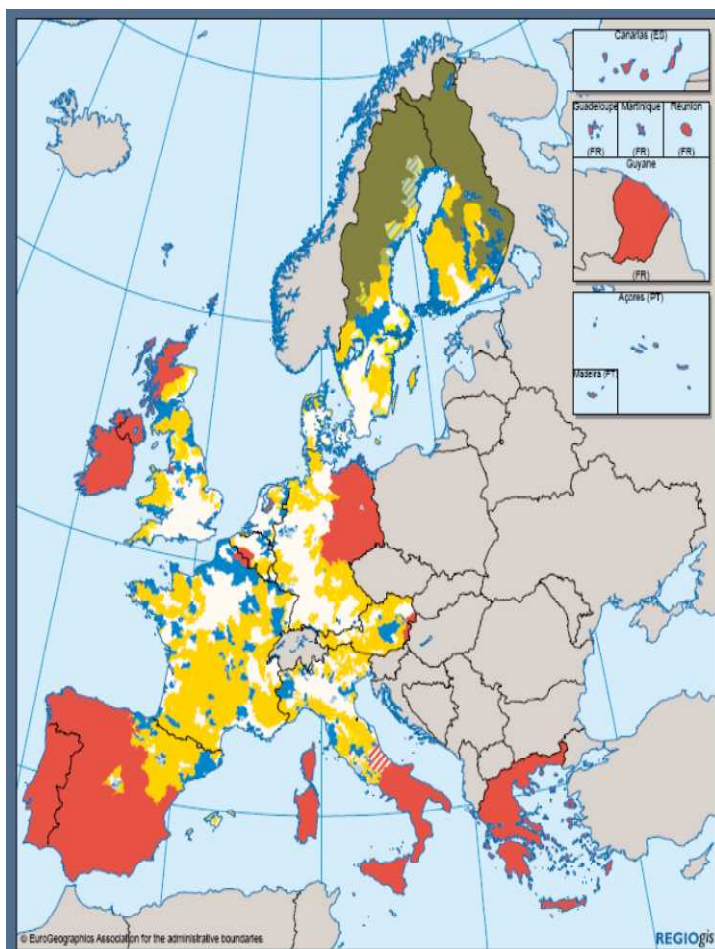


- Objective 1:** promoting the development and structural adjustment of regions whose development is lagging behind;
- Objective 2:** converting regions seriously affected by industrial decline;
- Objective 3:** combating long-term unemployment;
- Objective 4:** facilitating the occupational integration of young people;
- Objective 5:** (a) speeding up the adjustment of agricultural structures and (b) promoting the development of rural areas.

EUROPEAN UNION (2008) “EU Cohesion Policy 1988-2008: Investing in Europe’s Future”, in *InfoREGIO Panorama*, EU Regional Policy, No 26, June.

Paulo Neto, 2011

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

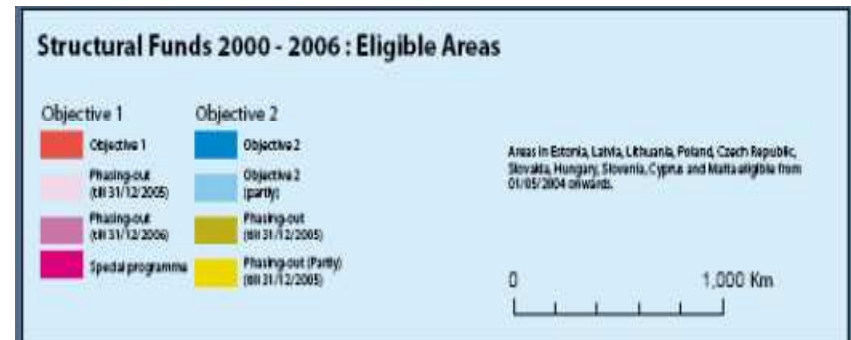
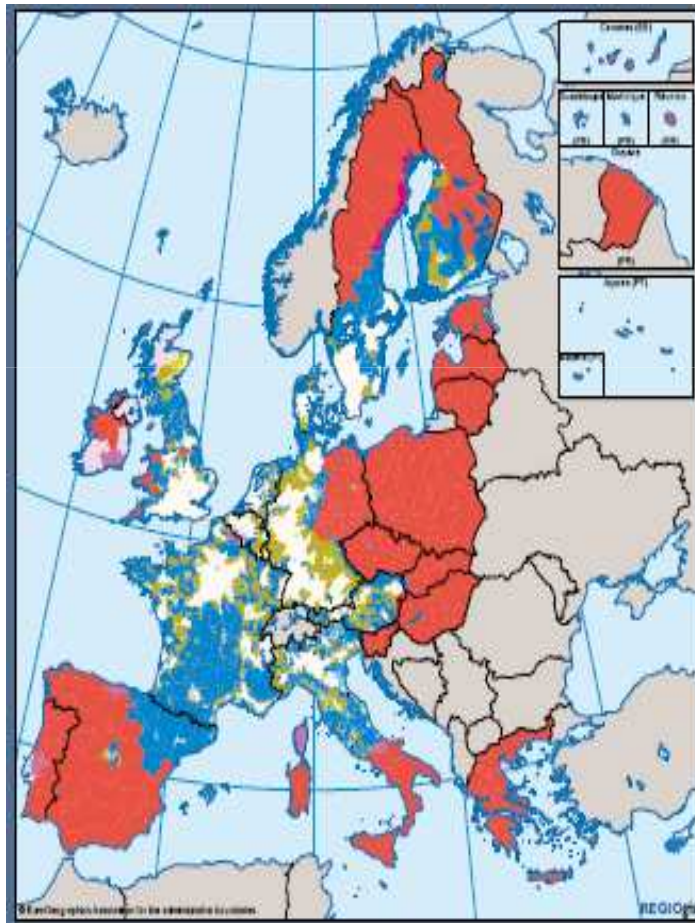


Objective 6: development and structural adjustment of regions with an extremely low population density (as of 1 January 1995).

EUROPEAN UNION (2008) “EU Cohesion Policy 1988-2008: Investing in Europe’s Future”, in *Inforegio Panorama*, EU Regional Policy, No 26, June.

Paulo Neto, 2011

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

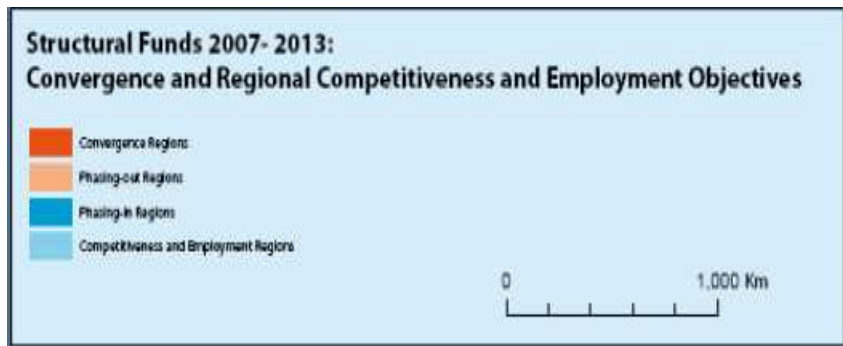
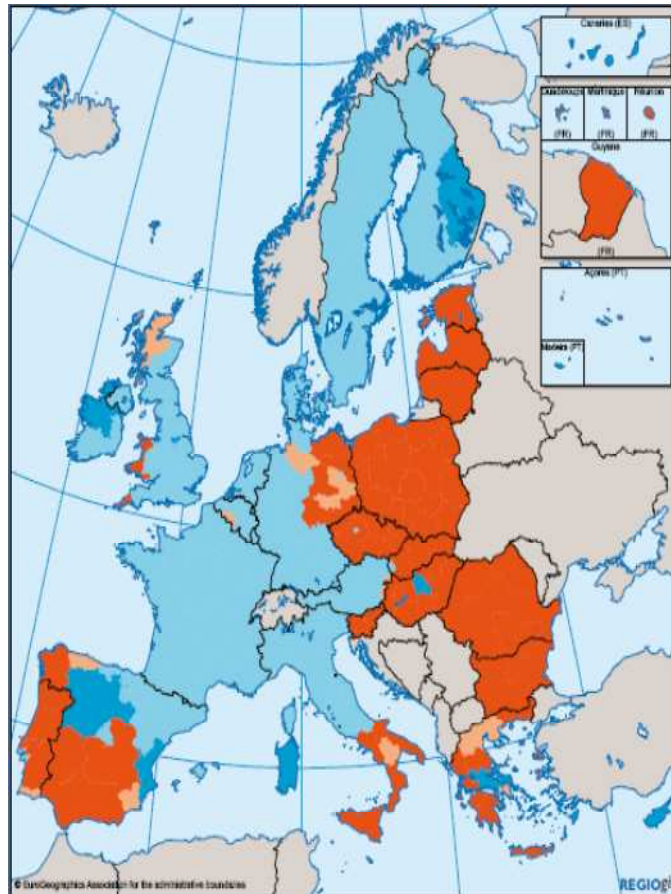


Objective 1: promoting the development and structural adjustment of regions whose development is lagging behind;

Objective 2: supporting the economic and social conversion of areas facing structural

Objective 3: supporting the adaptation and modernisation of policies and systems of education, training and employment.

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

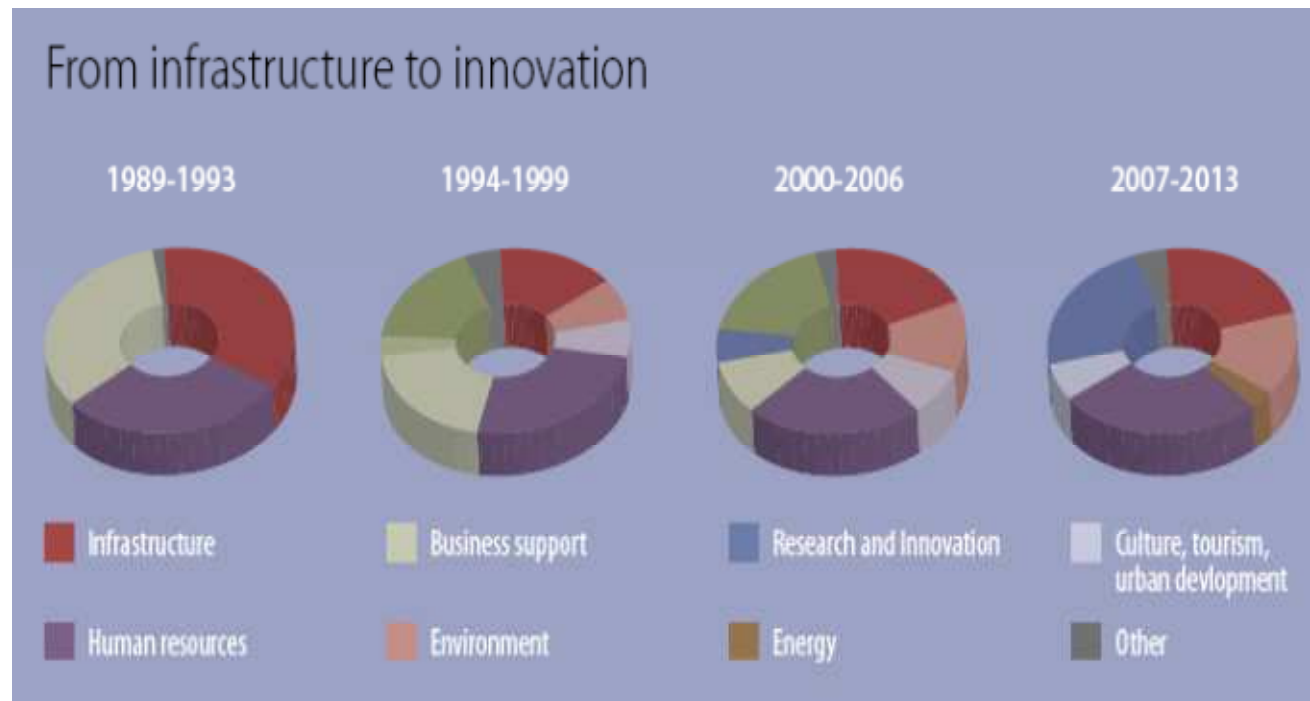


Convergence: aims at speeding up the convergence of the least-developed Member States and regions defined by GDP per capital of less than 75 % of the EU average;

Regional Competitiveness and Employment: covers all other EU regions with the aim of strengthening regions' competitiveness and attractiveness as well as employment; and

> **European Territorial Cooperation:** based on the Interreg initiative, support is available for cross-border, transnational and interregional cooperation as well as for networks.

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

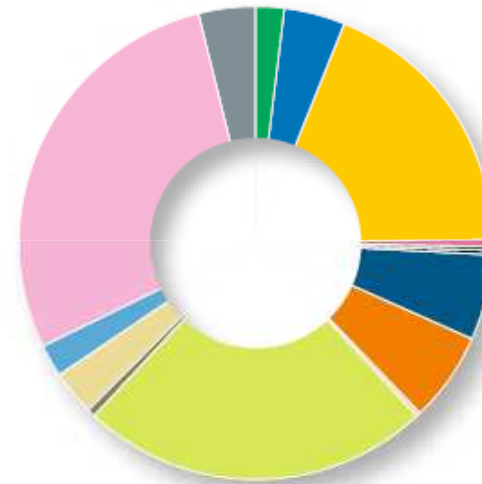


EUROPEAN UNION (2008) "EU Cohesion Policy 1988-2008: Investing in Europe's Future", in *Inforegio Panorama*, EU Regional Policy, No 26, June.

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

Allocation of European Regional Development Fund/Cohesion Fund by theme – EU-27 2007-13

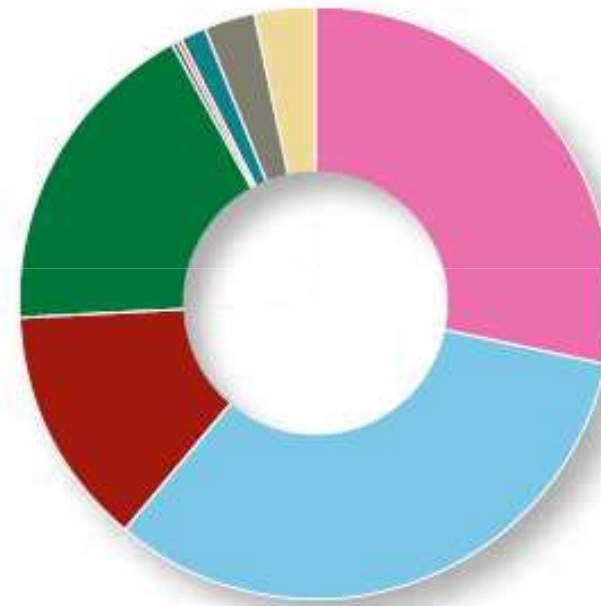
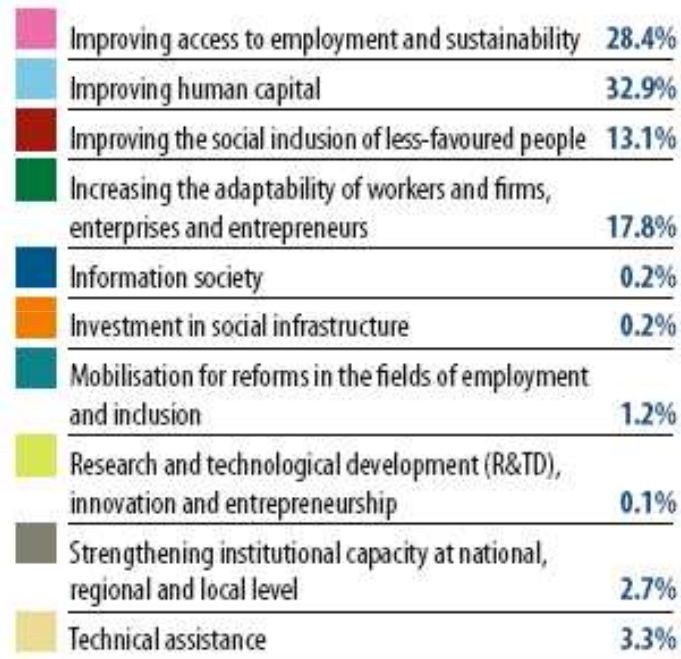
Culture	2.2%
Energy	4%
Environmental protection and risk prevention	18.7%
Improving access to employment and sustainability	0.4%
Improving human capital	0.4%
Improving the social inclusion of less-favoured people	0.1%
Increasing the adaptability of workers and firms, enterprises and entrepreneurs	0.3%
Information society	5.6%
Investment in social infrastructure	6.2%
Mobilisation for reforms in the field of employment and inclusion	0.1%
Reduction of additional costs hindering the outermost regions development	0.2%
Research and technological development (R&TD), innovation and entrepreneurship	23.8%
Strengthening institutional capacity at national, regional and local level	0.6%
Technical assistance	3%
Tourism	2.3%
Transport	28.3%
Urban and rural regeneration	3.8%



EUROPEAN UNION (2008) "EU Cohesion Policy 2007-2013: National Strategic Reference Frameworks".

1. A evolução da Política de Coesão da União Europeia 1988-2013

Allocation of European Social Fund by theme – EU-27 2007-13



EUROPEAN UNION (2008) "EU Cohesion Policy 2007-2013: National Strategic Reference Frameworks".

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Principais datas e factos:

- 1986 – O Acto Único Europeu;
- 1988 – A Reforma dos Fundos Estruturais;
- 1989 - 1993 – A implementação dos QCA I;
- 1990 – A implementação do PIC PACTE;
- 1991 – A implementação do RECITE e de mais um conjunto relevante de PIC's;
- 1991 – Primeira proposta georeferenciada da Comissão Europeia para a definição e implementação das redes transeuropeias de transporte, energia e comunicação;
- 1992 – A implementação do INTERREG;
- 1992 – A implementação do LEADER;
- 1992 – A implementação dos PIC's ECOS e OUVERTURE;
- 1993 – A II Reforma dos Fundos Estruturais;

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Principais datas e factos:

- 1994 – Forte recurso ao artigo 10º do Regulamento FEDER para apoio a acções inovadoras e a reorganização das Iniciativas Comunitárias;
- 1994-1999 – A implementação dos QCA II;
- 1994 – A publicação por parte da Comissão Europeia do Relatório “EUROPA 2000 +” e a reflexão sobre as regiões transnacionais;
- 1997 – A aposta na cooperação interterritorial transnacional e o exemplo do Programa de Cooperação Territorial Sudoeste Europeu;
- 1999 – A Publicação por parte da Comissão Europeia do Relatório relativo ao Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC);
- 2000-2006 – A implementação dos QCA III;
- 2000 – A implementação da Agenda de Lisboa;

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Principais datas e factos:

- 2006 – A nova Reforma dos Fundos Estruturais;
- 2006 – A implementação da IC *Regions for Economic Change* que introduz novas formas de dinamização de redes de cooperação entre cidades e entre regiões da União Europeia;
- 2006 – A criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ;
- 2007-2013 – A implementação dos QREN's
- 2007-2013 – A questão urbana passa a ser transversal as quase todas as políticas da União;
- 2007 – A UE começou a desenvolver iniciativas de cooperação em matéria de política regional com a China e com a Rússia;

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Principais datas e factos:

- 2007 - A Agenda Territorial da União Europeia foi aprovada na Cimeira Informal de Ministros da União Europeia que decorreu em Leipzig nos dias 24 e 25 de Maio;
- 2007 – No Conselho Informal de Ministros sobre Coesão Territorial e Política Regional que se realizou em Ponta Delgada, Açores, nos dias 23 e 24 de Novembro foram definidos os princípios para o Primeiro Plano de Acção para a Agenda Territorial da União Europeia que irá ser adoptado na União
- 2008 – A UE implementa o Programa Operacional AMAZONIA 2007-2013 que envolve a Guiana Francesa, o Suriname e os Estados brasileiros do Pará, Amapá e Amazónia;

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Principais datas e factos:

- 2008 – Estratégia Europa 2020
- 2009 – The Baltic Sea Strategy (<http://www.interact-eu.net/>)
- 2009 – Criação da EUROACE (Euro-região Alentejo-Centro-Extremadura (<http://www.euro-ace.eu/>)
- 2010 – Criação da EUROAAA (Euro-região Alentejo-Algarve-Andalucia) (<http://www.andalusiadasii.com/>)
- 2010 – The Danube Region Strategy (http://www.interact-eu.net/danube_region_strategy/285)
- 2011 – Agenda Territorial 2020

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

- O processo de integração europeia tende a gerar um conjunto de efeitos espaciais que decorrem directa ou indirectamente da implementação das políticas da União Europeia e do processo de convivência directa entre diferentes economias locais.
- Importa por isso, encarar hoje os territórios não enquanto stocks de recursos e de potencialidades genéricas, mas sobretudo enquanto realidades em processo contínuo de construção de recursos e de vantagens competitivas.
- O território da União Europeia é uma malha complexa de sistemas territoriais de produção e as políticas da União tendem a neutralizar o significado das fronteiras nacionais e possibilitam o desenvolvimento à escala da União de novas fileiras económicas.
- Tal, em termos dos critérios de localização das empresas significa a passagem de uma geografia (estática) de custos a uma geografia (dinâmica) das organizações.

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Este Paradigma pode ser sintetizado em dez pontos (Neto, 1999):

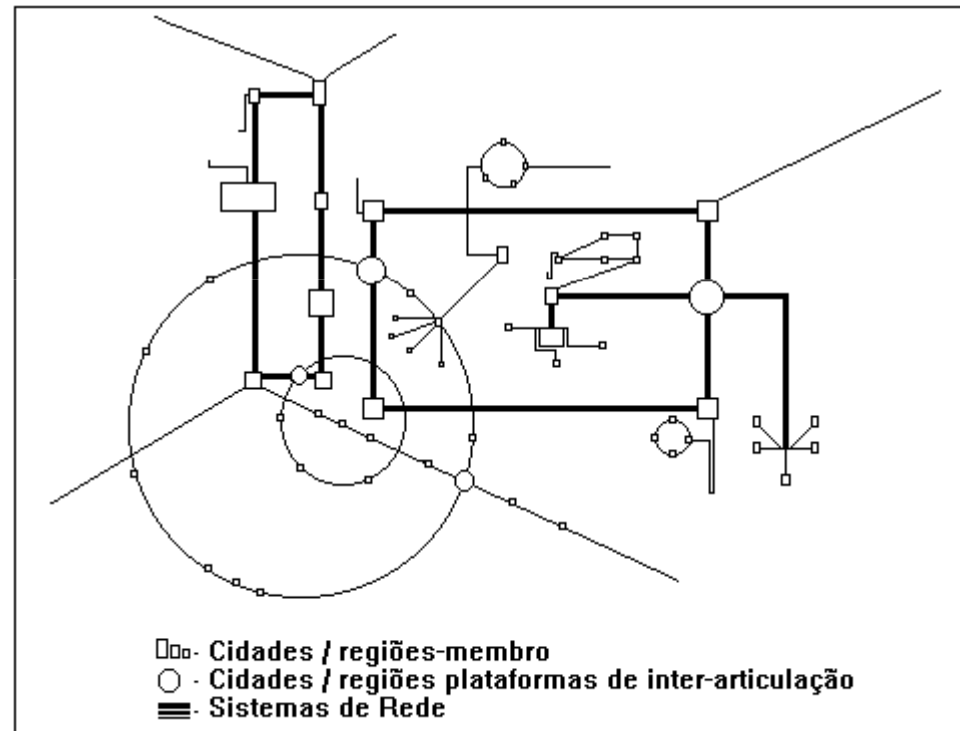
1. Os territórios pertencentes a cada Estado - membro da União Europeia têm características e potencialidades muito distintas uns dos outros pelo que, o processo de União Europeia tende a provocar , e exigirá mesmo, o desenvolvimento de um processo de ajustamento estrutural / funcional à escala da União;
2. À medida que se evolui em termos do ciclo da construção europeia , aumentam os impactos e os efeitos espaciais / territoriais do processo de integração, e evolui por isso também , o ciclo espacial do processo de integração europeia;
3. o funcionamento do Mercado Interno veio introduzir um tipo de concorrência inter-territorial e inter-espacial completamente novos, cujo efeito mais imediato consistiu na alteração das posições relativas entre os territórios;

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Este Paradigma pode ser sintetizado em dez pontos (Neto, 1999):

4. O progressivo relacionamento inter-territorial no grande mercado tende a provocar alterações no tipo de relacionamento e posicionamento de cada um dos territórios e das respectivas economias, em relação à economia da União.
5. A União Europeia, por sua iniciativa, vem estimulando o desenvolvimento de relacionamentos do tipo reticular entre territórios, entre empresas, entre instituições, relacionamentos com características e exigências totalmente novas e que por isso mesmo constituem uma inovação de natureza relacional com consequências no ordenamento económico - territorial futuro da União;
6. As estruturas político - administrativas dos diferentes Estados – membros diferem substancialmente umas das outras o que determina graus de incidência e de exposição diferentes às Políticas e Objectivos da União, por parte de cada um dos territórios sub-nacionais;

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede



Fonte: NETO, P. (1999) *A Integração Espacial, Economias de Rede e Inovação*, Instituto Piaget, Coleção Economia e Política, Lisboa.

2. O paradigma territorial da integração europeia e a afirmação do território-rede

Este Paradigma pode ser sintetizado em dez pontos (Neto, 1999):

7. A aplicação das Políticas e a concretização dos grandes Objectivos da integração determinam, assim, inevitavelmente a ocorrência de alterações em termos do Ordenamento do Território à escala da União;
8. No quadro da União Europeia vem-se afirmando, progressivamente, a criação de uma Política de Ordenamento Territorial para a União;
9. O processo de construção europeia determina assim o surgimento de um conjunto de novas condicionantes, de um novo referencial e um novo enquadramento para a definição de qualquer estratégia de desenvolvimento para territórios sub-nacionais;
10. As condições para o planeamento territorial alteraram-se substancialmente, em virtude da progressiva comunitarização das políticas e dos instrumentos de políticas orçamental, económica e monetária.

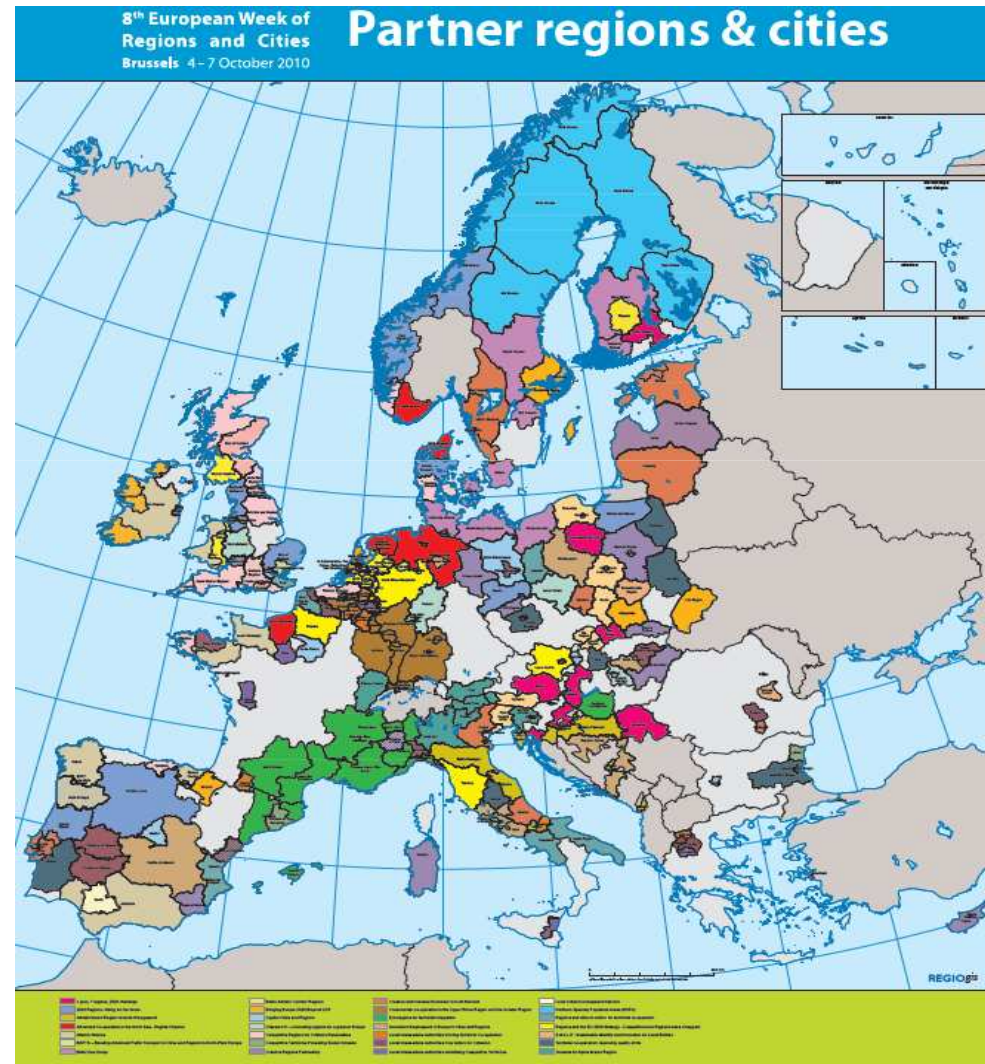
3. A cooperação interregional e interurbana transnacional no contexto da União Europeia

- Os diferentes espaços regionais e urbanos à escala da União, como consequência do próprio modelo europeu têm vindo progressivamente a desenvolver políticas mais ou menos formais de relações exteriores;
- Tal, permite-lhes desenvolver verdadeiros processos de cooperação inter-regional e inter-urbana descentralizada de características e âmbito transnacional, assentes em modelos institucionais, de intensidade de cooperação / associação bastante diversos;
- Este aspecto, contribui para o progressivo desenvolvimento à escala da União de uma multiplicidade de redes de cooperação, todas elas com uma dimensão: i) económica (relacionamento entre agentes económicos) ; i i) cognitiva (reconhecimento interno dos parceiros da rede e projecção externa das suas potencialidades ; i i i) normativa (regras de funcionamento e de cooperação em rede);

3. A cooperação interregional e interurbana transnacional no contexto da União Europeia

- Estas diferentes redes que, progressivamente, se vêm afirmando no quadro da União Europeia, assentam mesmo numa multiplicidade de formas e soluções de organização interna, desde estruturas institucionais formais ou informais, monofuncionais ou multifuncionais , a estruturas contractuais ou convencionais;
- As redes de cooperação inter-regional e inter-urbana transnacional territorial assentam num modelo de cooperação mais ambicioso quanto aos objectivos envolvendo não apenas empresas, mas também os sistemas socio-económicos regionais, as instituições e as administrações regionais / locais;
- Noutros casos, as redes de cooperação assentam em modelos que têm como base critérios sobretudo funcionais exigindo, normalmente, em relação aos anteriores, um modelo de cooperação mais alargado quanto ao número de regiões-membro, não necessariamente contíguas em termos geográficos.

3. A cooperação interregional e interurbana transnacional no contexto da União Europeia



Fonte: 8th European Week of Regions and Cities, European Union, 2010

4. A Agenda Territorial da União Europeia e o Plano de Acção para a Agenda Territorial da União Europeia

- A Agenda Territorial da União Europeia foi aprovada na Cimeira Informal de Ministros da União Europeia que decorreu em Leipzig nos dias 24 e 25 de Maio de 2007 e estabelece os seguintes objectivos territoriais para a União Europeia:
 - Promover a inovação e o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico através das redes europeias de cooperação entre regiões e entre cidades;
 - Desenvolver novas formas de parceria e de governação e governança territorial entre zonas urbanas e zonas rurais;
 - Promover o desenvolvimento de *clusters* regionais de competitividade e inovação na Europa;
 - Promover o reforço e a extensão das redes trans-europeias;
 - Promover o desenvolvimento de processos de gestão transnacional do risco, incluindo o dos riscos ambientais.
 - Promoção do reforço das estruturas ecológicas e dos recursos culturais enquanto valor acrescentado para o desenvolvimento.

4. A Agenda Territorial da União Europeia e o Plano de Acção para a Agenda Territorial da União Europeia

- No Conselho Informal de Ministros sobre Coesão Territorial e Política Regional que se realizou em Ponta Delgada, Açores, nos dias 23 e 24 de Novembro de 2007 foram definidos, relativamente a este aspecto, os seguintes princípios para o Plano de Acção que seguiu para consulta pública:
 - Fortalecimento das relações entre o crescimento económico e a coesão económica, social e territorial.
 - Uma abordagem mais estratégica e integrada que assegure que cada sector não é desenvolvido isoladamente, mas sim num contexto de uma visão coerente para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios dos Estados-Membros.
 - A necessidade de intervenções melhor direccionadas de forma a aumentar a eficiência e a eficácia da Política de Coesão.
 - A necessidade de desenvolver mecanismos de governança de modo a aumentar a flexibilidade na implementação da política de coesão adaptando-se a rápidas mudanças de contexto.
 - O aumento da Cooperação para promover redes e trocas entre territórios, pessoas e actividades, bem como para melhoramento e partilha de métodos de boas práticas.

5. A Iniciativa *Regions for Economic Change* da União Europeia

- Esta Iniciativa introduz novas formas de dinamização de redes de cooperação entre cidades e entre regiões da União Europeia, no sentido de incentivar o surgimento e experimentação de novas ideias e projectos-piloto no âmbito dos objectivos Convergência, Competitividade Regional e Emprego e Cooperação Territorial.
- Entre os domínios possíveis para a cooperação interregional e inter-urbana abrangidos pela Iniciativa *Regions for Economic Change* importa particularmente destacar os seguintes: i) Trazer a inovação rapidamente para o mercado; ii) Aumento da capacidade regional de investigação e de inovação; iii) Aumento regional do conhecimento e da inovação tendo em vista o crescimento económico.

5. A Iniciativa *Regions for Economic Change* da União Europeia

- Sobre o futuro da Política Regional da União ver:

http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/review_and_future/index_en.htm

- Sobre os instrumentos de política da Política Regional da União Europeia ver:

http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/provisions_and_instruments/index_en.htm

- Sobre a gestão da Política Regional da União Europeia ver:

http://europa.eu/legislation_summaries/regional_policy/management/index_en.htm

6. O Programa URBACT II (2007-2011) da União Europeia

- O Programa da União Europeia que tem por objectivo melhorar a eficácia das políticas de desenvolvimento urbano sustentável em rede na União Europeia, com vista à implementação da Estratégia de Lisboa e Gottenburgo – <http://urbact.eu/>

7. As implicações económicas e territoriais da Estratégia Europa 2020

- O Documento Estratégia de Lisboa pós 2010.
- O regresso dos tradicionais sectores económicos ao centro das políticas europeias e o seu *upgrade* em termos tecnológicos e informacionais.
- O Documento Estratégia Europa 2020.
- A identificação das apostas sectoriais futuras das políticas da União Europeia.
- A necessidade de territorialização das políticas públicas e dos seus objectivos.

7. As implicações económicas e territoriais da Estratégia Europa 2020

- O Livro Branco para a *Multilevel Governance*.
- Os territórios locais e regionais no centro das estratégias europeias de recuperação económica.
- A articulação entre a governação e a governança como princípio geral desejável de desenvolvimento dos territórios.
- As propostas de regresso ou de reinvenção do princípio da subsidiariedade.

7. As implicações económicas e territoriais da Estratégia Europa 2020

- A Agenda Territorial 2020 da União Europeia
 1. Promover um desenvolvimento territorial equilibrado e policêntrico.
 2. Encorajar um desenvolvimento integrado nas cidades e em determinadas regiões rurais.
 3. Integração territorial em regiões transnacionais e transfronteiriças.
 4. Fomentar a competitividade global das regiões baseadas em fortes economias locais.
 5. Melhorar a ligação territorial dos indivíduos, comunidades e empresas.
 6. Gerir e ligar valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões.

8. A futura Política de Coesão 2014-2020

- Alguns dos seus princípios orientadores

1. Estreita articulação do modelo de financiamento com os objectivos da Estratégia Europa 2020.
2. Estreita articulação entre a definição / prossecução dos Planos Nacionais de Reformas e a Estratégia Europa 2020.
3. Integração territorial em regiões transnacionais e transfronteiriças.
4. Concentração dos recursos num pequeno número de prioridades temáticas ligadas à Estratégia Europa 2020.
5. Fazer depender as condições de financiamento da implementação, por parte de cada Estado-membro, de um conjunto de reformas a definir.

8. A futura Política de Coesão 2014-2020

- Alguns dos seus princípios orientadores:

6. Criar uma reserva de performance.

7. Combinar o mecanismo de empréstimo com os mecanismos tradicionais de financiamento.

8. Reforço da dimensão territorial e dos mecanismos de parceria.

9. Forte probabilidade de redução da futura dotação orçamental da política de coesão.

10. Forte probabilidade de redução do número das regiões convergência e a de criação de uma nova categoria de transição para regiões entre 75% a 90% da média do PIB *per capita* da União.

11. A introdução do princípio de *macroeconomic conditionality*.